

Programa Bolsa Família X Alfabetização Financeira: em busca de um modelo para mulheres de baixa renda

Resumo

O objetivo deste estudo é investigar a alfabetização financeira dos beneficiários do Programa Bolsa Família, validar os construtos atitude e comportamento financeiros e desenvolver um modelo estrutural de alfabetização financeira. Foram pesquisadas 595 famílias da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense e utilizou-se estatística descritiva, análise fatorial confirmatória e modelagem de equações estruturais. Os indivíduos possuem uma ampla restrição orçamentária, sazonalidade empregatícia e salarial, baixo nível educacional, conhecimento financeiro baixo, atitude mediana e comportamento financeiro mais favorável. Verifica-se que o comportamento mais impacta na alfabetização financeira, sendo esses resultados úteis para o governo ampliar as estratégias que visam alfabetizar os beneficiários.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Alfabetização financeira, Mulheres, Baixa renda.

Abstract

The objective of this study is to investigate the financial literacy of beneficiaries of the Bolsa Família Program, validate the attitude and financial behavior constructs and develop a structural model of financial literacy. We surveyed 595 families of Mesoregion Western Center Rio-Grandense and we used descriptive statistics, confirmatory factor analysis and structural equation modeling. Individuals have a wide budget constraint, seasonal employment and wage, low educational level, low financial knowledge, median attitude and more favorable financial behavior. We find that the behavior more impact on financial literacy, and these results are useful for the government expand strategies to alphabetize the beneficiaries.

Keywords: Bolsa Família Program, Financial Literacy, Women, Low income.

1. Introdução

O acelerado desenvolvimento financeiro mundial fez com que serviços e produtos financeiros tornassem-se amplamente acessíveis. No entanto, esta propagação tem, de forma consistente, superado a capacidade das famílias e dos indivíduos para realizarem escolhas financeiras informadas. De forma especial, as decisões financeiras no âmbito pessoal são ainda mais complicadas, uma vez que ocorre uma rápida inserção de produtos de consumo, os quais muitas vezes são comercializados em conjunto com créditos onerosos e com ofertas de parcelamentos, especialmente, entre aqueles com menores faixas de renda, devido ao menor poder aquisitivo. Neste sentido, estas facilidades aumentam o risco de decisões de gastos mal informadas, em um ambiente onde indivíduos possuem dificuldade até mesmo para entender os conceitos financeiros básicos (LUSARDI; MITCHELL, 2011; XU; ZIA, 2012).

Assim, em resposta a estas tendências e conjugada com o resultado das recentes crises financeiras globais, os formuladores de políticas em todo o mundo têm tornado a alfabetização financeira uma prioridade (LEÃO et al., 2013).

Neste sentido, tanto governos de países desenvolvidos quanto de países emergentes estão preocupados com o nível de alfabetização financeira dos seus cidadãos, principalmente pelo reconhecimento de que a falta de alfabetização financeira é um dos fatores que contribuiu para decisões financeiras mal informadas e com enormes repercussões negativas (GERARDI et al., 2010).

Apesar da relevância do tema, ainda não há um consenso sobre os melhores instrumentos para definição e mensuração da alfabetização financeira. Quanto à definição, uma das mais utilizadas é a da OECD (ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT, 2013), a qual mensura a alfabetização financeira como sendo uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual. No que tange à mensuração, ainda não se tem um modelo de medida consolidado, mas sim algumas tentativas, principalmente em âmbito internacional.

No entanto, uma medida única de alfabetização financeira para todos os indivíduos torna-se improvável, uma vez que os indivíduos aprendem e processam informações de formas diferentes, pois variáveis demográficas, cognitivas e psicológicas impactam no seu comportamento de gestão financeira pessoal (PROCHASKA-CUE, 1993; ALSEMGEEEST, 2015). Neste sentido, há evidências que a alfabetização financeira varia de acordo com diferentes perfis socioeconômicos e demográficos, especialmente na questão do gênero e da renda.

A maioria das pesquisas aponta que aqueles pertencentes ao gênero masculino são mais alfabetizados do que os do gênero feminino (CHEN; VOLPE, 1998; MONTICONE, 2010; LUSARDI; MITCHELL, 2011; ARTKINSON; MESSY, 2012; SCHERESBERG, 2013; BUCHER-KOENEN et al., 2014; KAHDAVI; HORTON, 2014; ARGAEWALLA et al., 2015). Com o objetivo de melhor compreender a relação existente entre o gênero e a alfabetização financeira, Bucher-Koenen et al. (2014) investigaram a população dos Estados Unidos, Holanda e Alemanha, e observaram grandes diferenças nos níveis de mulheres e homens, sendo que além de as mulheres demonstrarem menores níveis de alfabetização financeira em todos os países pesquisados, elas também são mais propensas a afirmarem que não sabem a resposta correta. Mahdavi e Horton (2014) justificam essa diferença apontando que homens e mulheres adquirem alfabetização financeira de formas distintas.

Os níveis de alfabetização financeira também são apontados como críticos nos indivíduos com as menores faixas de renda (CHEN; VOLPE, 1998; RESEARCH, 2003; MONTICONE, 2010; CALAMATO, 2010; LUSARDI; MITCHELL, 2011; ATKINSON; MESSY, 2012; SCHERESBERG, 2013; LUSARDI et al., 2014). De acordo com Agarwalla et al. (2015), a renda possui uma influência positiva sobre a alfabetização financeira, uma vez que maiores níveis de renda incentivam os indivíduos na busca por melhores oportunidades de investimento, assim como amplia o acesso a fontes de conhecimento. Além de que indivíduos com baixa renda são mais propensos a abandonarem a escola, o que, em longo prazo, contribui para o seu analfabetismo financeiro (CALAMATO, 2010).

Considerando estes aspectos, um dos grupos de interesse, tanto para a academia, quanto para os governos, é o grupo de mulheres de baixa renda. Neste contexto, é possível identificar o grupo de beneficiárias do Programa Bolsa Família. O

programa criado em 2003 prioriza o pagamento dos benefícios às mulheres, o que lhes permite o poder de decisão sobre a aplicação dos recursos e ao mesmo tempo, exige conhecimentos relativos à alfabetização financeira. Além de ser um grupo caracterizado como de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Assim, procura-se preencher esta lacuna, a questão do gênero e da baixa renda relacionados com a alfabetização financeira, através da validação de um modelo de alfabetização financeira, adequado às mulheres de baixa renda. Especificadamente, propõe-se investigar o conhecimento, a atitude e o comportamento financeiros dos beneficiários do Programa Bolsa Família, os quais são em sua maioria mulheres e em condições vulneráveis de renda, além de validar os construtos atitude e o comportamento financeiros individualmente e desenvolver um modelo estrutural de alfabetização financeira.

A inovação deste estudo está na busca por um modelo adequado para avaliar a alfabetização financeira deste grupo em específico, uma vez que outros estudos já se propuseram a apresentar modelos para esta avaliação, no entanto, com outros públicos alvos e não especificadamente para mulheres de baixa renda. Além disso, inova ao apontar quais os aspectos mais críticos de alfabetização financeira para esse grupo, identificando quais as principais lacunas se tornam indispensáveis para a construção de estratégias e políticas públicas, a fim de permitir que as beneficiárias tenham uma melhor gestão financeira dos recursos escassos de suas famílias.

2. Referencial Teórico

2.1 Alfabetização Financeira

A alfabetização financeira tornou-se uma importante área de pesquisa nos últimos anos, tanto para a academia quanto para os órgãos governamentais, justificados pela crescente complexidade de produtos financeiros e a necessidade, cada vez mais frequente, de poupar para a aposentadoria (LEÃO et al., 2013). No entanto, existem algumas lacunas nos principais aspectos que envolvem a alfabetização financeira. A primeira está no fato do termo alfabetização financeira ter sido frequentemente utilizado como sinônimo de educação financeira ou conhecimento financeiro. No entanto, usá-los como sinônimos pode gerar problemas, pois a alfabetização financeira vai além da educação financeira. Huston (2010) argumenta que a alfabetização financeira possui duas dimensões: o entendimento, que representa o conhecimento financeiro pessoal ou a educação financeira, e a sua utilização, ou seja, a aplicação de tais conhecimentos na gestão das finanças pessoais.

Remund (2010) fornece uma definição ampla de alfabetização financeira, o qual a define como sendo uma medida do grau em que se compreendem os principais conceitos financeiros e a partir deles, possui a capacidade e confiança para gerenciar as finanças pessoais por meio de decisões adequadas de curto prazo e de longo prazo, planejando-se financeiramente de forma consciente os acontecimentos diários e as mudanças de condições econômicas. Esta definição sugere que a compreensão da natureza e as implicações da alfabetização financeira é um assunto complexo.

Neste panorama, uma definição que abrange de forma apropriada esta ideia e na qual este estudo se baseou é a da

OECD, onde a alfabetização financeira é conceituada como uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual (OECD, 2013). Assim, a OECD aborda a alfabetização financeira em três dimensões: o conhecimento financeiro, o qual é um tipo particular de capital humano que se adquire ao longo da vida, por meio da aprendizagem de assuntos que afetam a capacidade para gerir receitas, despesas e poupança de forma eficaz (DELAVANTE et al. 2008); a atitude financeira, sendo estabelecida por meio de crenças econômicas e não econômicas por um tomador de decisão sobre o resultado de um determinado comportamento (AIZEN, 1991); e por fim, o comportamento financeiro, que segundo a OECD (2013) é um elemento essencial da alfabetização financeira, e sem dúvida o mais importante.

Devido à complexidade que envolve a alfabetização financeira, duas avaliações recentes sobre o tema foram desenvolvidas por Lusardi e Mitchell (2014) e Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014). Lusardi e Mitchell (2014) revisaram os estudos de teoria e de campo, e concluíram que as intervenções para melhorar a alfabetização financeira são apenas parcialmente bem sucedidas. Já Fernandes et al. (2014) conduziram um meta-estudo sobre o tema e relataram haver uma desconexão marcante nas definições conceituais de alfabetização financeira e que, por isso, seria interessante desenvolver novas medidas mais conectadas. Corroborando, Huston (2010) e Robb, Babiarz e Woodyard (2012) concluíram que a alfabetização financeira possui uma definição, no entanto, não há nenhum instrumento padronizado para medi-la.

Apesar dessas discrepâncias que permeiam a alfabetização financeira, há concordância sobre a sua importância. A alfabetização financeira traz benefícios tanto para os indivíduos, quanto para as famílias, tais como a melhora na autoconfiança, no controle e na independência (ALLEN et al., 2007), incremento na satisfação conjugal (OGGINS, 2003) e mudanças na riqueza ao longo do tempo (LUSARDI; MITCHELL, 2011; SCHMEISER; SELIGMAN, 2013). Assim como, há evidências crescentes de que as pessoas com índices mais elevados de alfabetização financeira são mais capazes de gerir o seu dinheiro, participar do mercado de ações e possuir um melhor desempenho em seus investimentos (LUSARDI; MITCHELL, 2011; ROOJI et al., 2011).

Em suma, pode-se afirmar que a alfabetização financeira tem grande valia para a sociedade, uma vez que a maioria dos indivíduos não está bem informada sobre o mundo das finanças, tanto em termos de gestão dos seus recursos financeiros, quanto ao endividar-se de forma imprudente. Assim, as consequências podem de fato levar a resultados catastróficos como falências pessoais e uma forma de eliminar esta evolução negativa é alfabetizar financeiramente as novas gerações (OPLETALOVÁ, 2015).

2.2 Programa Bolsa Família

Apesar de inúmeros programas nacionais criados pelo governo no Brasil em prol da erradicação da pobreza, nenhum deles parecia estar abrangendo toda a população nacional, tendo em vista que os objetivos e públicos eram diferentes.

Com isso, surgiu em 2003 o Programa Bolsa Família (PBF), como forma de unificar e reformular as políticas já existentes dado que todas as autoridades públicas percebiam a pobreza como um risco social (SOARES; SÁTYRO, 2010). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (MDS, SENARC, 2014b), a facilidade com se deu essa unificação ocorreu em razão da existência do Cadastro Único, que possibilita a identificação socioeconômica das famílias de baixa renda e que acaba por facilitar o desenvolvimento de políticas públicas, a partir do momento em que possui uma base de dados.

De acordo com o Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (MDS, SENARC, 2014a), o PBF foi criado com os seguintes objetivos: (i) combater a fome, através da segurança alimentar; (ii) possibilitar o acesso dos indivíduos mais prejudicados aos serviços públicos, de forma a priorizar a saúde e a educação; (iii) apoiar o desenvolvimento dessas pessoas em prol de uma melhora nas condições de bem-estar dos mesmos; (iv) diminuir a pobreza e as desigualdades, assim como incentivar os órgãos públicos a trabalharem de maneira ágil na construção dessas políticas.

Tendo em vista a dificuldade de se concretizar uma política pública complexa como essa em um país tão extenso, o governo dividiu o PBF em três esferas: (i) transferência direta de renda; (ii) condicionalidades; e (iii) ações complementares. A primeira esfera concede às famílias uma receita mensal para auxiliar essas pessoas em situação de vulnerabilidade, ocasionando uma melhora no padrão de vida. Desde a criação do programa, os valores fornecidos sofreram várias modificações, sendo que em 2007 o benefício básico passou para R\$ 58,00, e o benefício variável para R\$18,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 54,00 por família. Já em 2011, houve um reajuste de 45% no benefício variável para aqueles com até 15 anos e de 15% para o público de 16 e 17 anos. Além disso, o limite dos benefícios variáveis elevaram-se de três para cinco benefícios.

Entretanto, o programa oferece quatro tipos de benefícios: (i) Benefício Básico que é concedido às famílias em extrema pobreza mesmo sem possuir crianças e adolescentes, sendo no valor de R\$77,00 mensais (Caixa Econômica Federal, 2014); (ii) Benefício Variável que é destinado àquelas famílias que possuem gestantes, nutrizes com crianças de até seis anos e adolescentes de até 15 anos, com valor de R\$35,00 e podendo ser acumulado até cinco benefícios; (iii) Benefício Variável Vinculado ao Adolescente que é concedido às famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, sendo o benefício no valor de R\$42,00 mensais e podendo ser acumulado até dois; e (iv) Benefício para Superação da Extrema Pobreza que é destinado às famílias cuja renda per capita se mantenha igual ou inferior a R\$77,00 mesmo com o benefício (MDS; SENARC, 2014a).

No entanto, considerando a segunda esfera do PBF, as condicionalidades são mecanismos que servem para reforçar o uso de direitos básicos da sociedade quanto à saúde e educação da população que se encontra em situações de extrema pobreza. Quanto à educação, as condicionalidades estão vinculadas a frequência escolar, sendo que a fiscalização é de responsabilidade das secretarias municipais de educação que completam os dados referentes à frequência das crianças beneficiadas com o programa no Cadastro Único. Por outro lado, levando em consideração a saúde, as condicionalidades são referentes aos cuidados com as crianças, como por exemplo, vacinação, acompanhamento

nutricional de crianças menores de sete anos e assistência ao pré-natal de gestantes. A responsabilidade por esse acompanhamento fica a cargo do Ministério da Saúde juntamente com o Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2009).

Finalmente, a última esfera do programa é referente às ações complementares que têm por objetivo gerar oportunidade para que as famílias consigam superar a situação de extrema pobreza, como por exemplo, aquelas que foram vítimas de enchentes ou ainda aquelas que vivem em locais com alto nível de violência (MDS; SENARC, 2014a). Nesse sentido, essas ações são focadas nas necessidades de cada grupo de indivíduo, podendo ser relacionadas a geração de trabalho e renda, escolarização, desenvolvimento social e local, segurança alimentar, etc. (MDS; SENARC, 2014a).

Em consequência disso, Cavalcante (2014) ressalta a importância dessa política advinda do governo, em razão da proteção da família como um todo, exigindo conseqüentemente um maior compromisso por parte das famílias beneficiadas. Já Campello (2013) destaca a amplitude do programa por conseguir atingir milhares de brasileiros em situação de extrema pobreza, melhorando a qualidade de vida dessas famílias. Além disso, o Programa Bolsa Família representa um importante passo no sentido de diminuir as desigualdades de renda no país, garantindo aos beneficiados maior acesso à saúde, educação, alimentação (LEBOUTTE, 2010).

2.3 Impacto das variáveis gênero e renda na alfabetização financeira

Apesar de o tema alfabetização financeira ter evoluído com o passar do tempo, assim como os programas com o intuito de aperfeiçoar o conhecimento dos indivíduos quanto a esse assunto, Alsemgeest (2015) afirma que as famílias estão muito mais endividadas nos dias atuais do que antigamente. Nesse sentido, alguns fatores sócio-demográficos e econômicos surgem como possíveis agravantes dessa situação, sendo a renda (CHEN; VOLPE, 1998; RESEARCH, 2003; MONTICONE, 2010; CALAMATO, 2010; LUSARDI; MITCHELL, 2011; ATKINSON; MESSY, 2012; SCHERESBERG, 2013; LUSARDI et al., 2014; AGARWALLA et al., 2015) e o gênero (CHEN; VOLPE, 1998; LUSARDI; MITCHELL, 2011; AGARWAL et al., 2009; LUSARDI et al., 2010; MONTICONE, 2010; ATKINSON; MESSY, 2012; MAHDAVI; HORTON, 2014; SCHERESBERG, 2013; BUCHER-KOENEN et al., 2014; AGARWALLA et al., 2015) alguns dos que mais exercem influência significativa.

Autores como Agarwalla et al. (2015) encontraram diferenças significativas quanto à renda familiar nas três dimensões da alfabetização financeira: conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira. De acordo com os autores, a renda possui uma influência positiva sobre eles, uma vez que maiores níveis de renda incentivam os indivíduos na busca por melhores oportunidades de investimento, assim como amplia o acesso a fontes de conhecimento.

Além disso, Lusardi et al. (2014) também verificaram que renda familiar mais elevada está associada com maiores índices de acerto em questões referentes a alfabetização financeira, de forma que indivíduos em situações vulneráveis estão mais suscetíveis a fragilidade financeira.

Para Atkinson e Messy (2012), os baixos níveis de renda estão associados com menores níveis de alfabetização financeira, em razão de que esses indivíduos estão mais propensos a enfrentar grandes dificuldades no acesso à educação, assim como são mais propensos a abandonarem a escola a longo prazo (CALAMATO, 2010). A Figura 1 apresenta uma síntese dos resultados encontrados na literatura para a relação existente entre renda e alfabetização financeira.

Variáveis	Autores	Amostra	Método de análise dos dados	Resultados
Renda	Chen e Volpe (1998)	924 estudantes universitários	Análise de variância e Regressão Logística.	- Estudantes com renda pessoal superior responderam mais perguntas corretamente do que aqueles com menor renda (ANOVA).
	Research (2003)	3.548 adultos	Estatística descritiva e teste de diferença estatística entre grupos.	- Aqueles com as menores rendas são os mais propensos a possuírem baixos níveis de alfabetização financeira.
	Monticone (2010)	3.992 chefes de família	Estatística descritiva e regressão pelo método dos momentos generalizados.	- Renda representada pela riqueza financeira possui um efeito positivo sobre a alfabetização financeira, mas pequeno.
	Calamato (2010)	108 alunos de graduação	Análise Fatorial e Análise de Regressão.	- Baixos níveis de conhecimento financeiro estão associados com baixos níveis de renda.
	Lusardi e Mitchell (2011)	1.488 americanos adultos	Estatística descritiva e regressão linear múltipla com três diferentes <i>proxies</i> de alfabetização financeira.	- Com o aumento do nível de renda, aumenta as respostas corretas (Estatística descritiva e regressão linear múltipla).
	Atkinson e Messy (2012)	19.212 indivíduos de 4 continentes	Estatística descritiva e regressão linear múltipla.	- Altos níveis de alfabetização financeira estão associados com altas faixas de renda.
	Scheresberg (2013)	4.468 adultos com idade entre 25 e 34 anos	Estatística descritiva e regressão linear múltipla.	- A alfabetização financeira aumenta acentuadamente com o nível de renda, enquanto a opção "não sei" declina, quando se considera os níveis mais altos de renda.

Figura 1. Quadro síntese das relações existentes entre renda e alfabetização financeira.

Por outro lado, estudos também têm apontado as mulheres como detentoras de menores índices de alfabetização financeira quando comparadas aos homens. Ao investigar a influência de variáveis sócio-demográficas na alfabetização financeira, Agarwalla et al. (2015) observou que em países como a Índia, os homens apresentam maiores níveis de conhecimento financeiro, principalmente por estarem acostumados a tomar as decisões financeiras importantes dentro de casa e, ainda, por serem os responsáveis na gestão das finanças da família. Além disso, também demonstram melhores comportamentos frente ao dinheiro, tendo em vista que as mulheres são desencorajadas nas discussões sobre a situação financeira da família. No entanto, os autores verificaram que quanto à atitude financeira, as mulheres apresentaram melhores resultados dos que os indivíduos do gênero masculino, podendo ser justificado devido ao fato de que elas costumam ser mais prudentes do que eles quando o assunto é dinheiro e investimentos.

Semelhantemente, Bucher-Koenen et al. (2014) com o objetivo de melhor compreender o hiato existente entre o gênero e a alfabetização financeira, investigaram a população dos Estados Unidos, Holanda e Alemanha. Os autores

observaram grandes diferenças existentes entre as mulheres e os homens quanto a esse construto, sendo que além de as mulheres demonstrarem menores níveis de alfabetização financeira em todos os países pesquisados, elas também são mais propensas a afirmarem que não sabem a resposta correta. Resultados semelhantes foram encontrados por Lusardi e Mitchell (2011) que também observaram a tendência das mulheres de apresentarem maior dificuldade nos cálculos financeiros, dificultando a capacidade de tomada de decisões financeiras responsáveis por parte delas. Nesse sentido, percebe-se que a lacuna existente na alfabetização financeira do gênero feminino persiste tanto em questões básicas quanto as mais sofisticadas (LUSARDI et al., 2010).

Os estudos de Mahdavi e Horton (2014) procuram justificar essa diferença apontando para a possibilidade de homens e mulheres adquirirem alfabetização financeira de formas distintas, sendo que apesar de realizarem um estudo altamente seletivo, também chegaram a conclusão de que as mulheres são menos alfabetizadas financeiramente do que os homens. Por fim, Bucher-Koenen et al. (2014) destacam as consequências de longo prazo decorrentes deste cenário, tendo em vista que a alfabetização financeira pode estar ligada a decisões financeiras importantes como o planejamento da aposentadoria, principalmente porque as mulheres tendem a viver mais do que os homens. A Figura 2 apresenta um resumo das relações encontradas.

Variáveis	Autores	Amostra	Método de análise dos dados	Resultados
Gênero	Chen e Volpe (1998)	924 estudantes universitários	Análise de variância e Regressão Logística.	- Estudantes do gênero feminino apresentam acertos inferiores aos dos participantes do gênero masculino (ANOVA e Reg. Logística).
	Agarwal <i>et al.</i> (2009)	Base de dados da University of Michigan's Health and Retirement Study (HRS)	Cross-section com análise gráfica.	- Mulheres mais velhas tendem a ser menos envolvidas na tomada de decisão financeira do que os homens.
	Monticone (2010)	3.992 chefes de família	Estatística descritiva e regressão pelo método dos momentos generalizados.	- Indivíduos do gênero feminino são menos alfabetizadas financeiramente.
	Lusardi, Mitchell e Curto (2010)	7.417 indivíduos	Estatística descritiva, teste <i>t</i> e Análise Multivariada.	- As mulheres são menos propensas a responderem corretamente as questões de alfabetização financeira.
	Lusardi e Mitchell (2011)	1.488 americanos adultos	Estatística descritiva e regressão linear múltipla com três diferentes <i>proxies</i> de alfabetização financeira.	- Mulheres são menos alfabetizadas financeiramente do que os homens (Estatística descritiva). - Na regressão linear múltipla, a variável gênero não foi significativa.
	Atkinson e Messy (2012)	14 países de 4 continentes, totalizando 19.212 indivíduos	Estatística descritiva e regressão linear múltipla para cada país.	- Em todos os países, as mulheres apresentaram níveis de alfabetização financeira significativamente menor do que os homens.
	Mahdavi e Horton (2012)	4.344 estudantes	Estatística descritiva e modelo de regressão múltipla.	- Mesmo com níveis elevados de escolaridade, as mulheres continuam com baixos níveis de alfabetização financeira.
	Scheresberg (2013)	4.468 adultos com idade entre 25 e 34 anos	Estatística descritiva e regressão linear múltipla.	- As mulheres são menos propensas a responder corretamente a cada uma das três questões de alfabetização financeira. - A diferença entre os gêneros é maior para a questão da inflação, juros e risco.
	Bucher-Koenen <i>et al.</i> (2014)	5.700 indivíduos de três países	Estatística descritiva.	- O analfabetismo financeiro é mais comum entre as mulheres.
	Agarwalla <i>et al.</i> (2015)	754 jovens indianos	Regressão logística.	- As mulheres apresentam níveis mais baixos de conhecimento e comportamento financeiros, porém possuem melhores atitudes.

Figura 2. Quadro síntese das relações existentes entre gênero e alfabetização financeira.

3. Método

A população do estudo compreende os beneficiários do PBF residentes na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, a qual é composta por 31 municípios. Para identificar a população utilizaram-se os dados disponíveis no portal da transparência no mês de outubro de 2014. Para um erro amostral de 4%, com 95% de confiança e uma população finita de 31.671 (Portal da Transparência, 2014), a amostra final mínima a ser investigada foi de 590 famílias e obteve-se um total de 595 entrevistados. Foi utilizado um questionário estruturado, com 34 questões fechadas, subdivididas em quatro blocos, as quais foram submetidas a três etapas: tradução reversa, avaliação de especialistas e o pré-teste. Uma síntese do instrumento é apresentada na Figura 3.

Tema	Questões	Referências
Atitude Financeira	1 a 10	Adaptado de Shockey (2002); OECD (2013b).
Conhecimento Financeiro	11 a 15	Van Rooij, <i>et al.</i> (2011); OCED (2013b); Klapper, Lusardi, & Panos (2013); <i>National Financial Capability Study</i> (NFCS, 2013).
Comportamento financeiro	16 a 23	Shockey (2002); O'Neill & Xiao (2012) e OCED (2013b).
Perfil	24 a 34	Elaboradas pelos autores

Figura 3. Resumo do instrumento.

Quanto às escalas ressalta-se que a de atitude financeira é do tipo *likert* de cinco pontos (Discordo Totalmente (1) a Concordo Totalmente (5)). A escala de comportamento financeiro também é do tipo *likert* de 5 pontos, mas varia de Nunca (1) a Sempre (5). Por fim o Comportamento Financeiro é mensurado por meio de 5 questões de múltipla escolha, nas quais há apenas uma alternativa com a resposta correta.

Os dados foram processados nos softwares SPSS e AMOS. Inicialmente, com o intuito de conhecer o perfil dos participantes da pesquisa foi feita a estatística descritiva que se compromete em caracterizar a amostra e descrever o comportamento dos indivíduos em relação a cada um dos construtos pesquisados: Conhecimento Financeiro, Atitude e Financeira e Comportamento Financeiro. Para validar os construtos foi utilizada a Análise Fatorial Confirmatória (AFC). A validade do modelo de mensuração foi verificada por meio de três etapas: validade convergente, unidimensionalidade e confiabilidades, seguindo recomendação de Hair et al. (2010), já a validade do modelo integrado se deu por meio das duas primeiras etapas.

A validade convergente foi analisada pela observação da magnitude e da significância estatística dos coeficientes padronizados e pelos índices de ajustes absolutos: estatística qui-quadrado (χ^2), *root mean square residual* (RMR), *root mean square error of approximation* (RMSEA), *goodness-of-fit index* (GFI) e índices de ajuste comparativos: *comparative fit index* (CFI), *normed fit index* (NFI), *tucker-lewis index* (TLI). Não há um consenso na literatura sobre valores aceitáveis para estes índices. Para o qui-quadrado/graus de liberdade as recomendações variam de menores que cinco até menores que dois. Para CFI, GFI, NFI e TLI, sugerem-se valores maiores que 0,95 e o RMR e o RMSEA, devem ficar abaixo de 0,05 e 0,08, respectivamente (HOOPER et al., 2008). A verificação da unidimensionalidade foi realizada mediante a avaliação dos resíduos padronizados, sendo que valores absolutos menores que 2,58 não sugerem problema. Para mensurar a confiabilidade dos construtos utilizou-se o índice de confiabilidade e o *Alpha* de Cronbach, em que valores superiores a 0,6 têm sido considerados aceitáveis para pesquisas de natureza exploratória (HAIR et al., 2010).

4. Análise dos resultados

Buscando caracterizar a amostra, destaca-se inicialmente a quase unânime presença feminina (97,6%), justificada pela

opção do Governo Federal priorizar a concessão dos recursos às mães de família, as quais são vistas como mais conhecedoras das necessidades da família e assim, tendem a utilizar o benefício em prol da alimentação e de uma melhor condição de vida para seus filhos (TRALDI et al., 2012). Quanto à idade, verifica-se uma média de 38 anos, sendo elas casadas (48,3%) ou solteiras (30,6%), com dependentes (95,6%), residência própria (67,1%) e nível educacional que não ultrapassa a 8ª série (76,7%). Quanto à ocupação, 21,6% realizam trabalhos informais (normalmente diaristas) ou são donas de casa (21,6%) e auferem uma renda mensal fixa de R\$200,00 a R\$500,00 (27,1%), sendo que parte desse valor é decorrente do PBF (média de R\$173,62).

Diante desse perfil, se enaltece a importância do PBF, pois o recurso recebido torna-se indispensável na vida dessas pessoas, sendo este na maioria das vezes o único rendimento fixo auferido por elas (COLLINS et al., 2009). Desse modo, diante das condições de vida e das restrições orçamentárias dos pesquisados, é que se salienta a importância da Alfabetização Financeira. Lusardi et al. (2014) revelam que para indivíduos de baixa renda a alfabetização financeira torna-se indispensável, pois indivíduos em situações vulneráveis estão mais suscetíveis a fragilidade financeira, sendo que a alfabetização financeira oportuniza melhores oportunidades de investimento, assim como amplia o acesso a fontes de conhecimento (AGARWALLA et al., 2015). Além disso, para o público feminino ela se faz ainda mais relevante à medida que as mulheres são apontadas como menos alfabetizadas (BUCHER-KOENEN et al., 2014). Em seguida, busca-se compreender a alfabetização financeira, iniciando as análises pelo construto Atitude Financeira (Tabela 1).

Tabela 1 - Estatística descritiva do construto Atitude Financeira.

Variáveis	Média**	Percentuais				
		Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
1. Para você, é importante definir metas para o futuro.	4,156	2	2	5	61	30
2. Você acredita que a maneira como administra seu dinheiro vai afetar o seu futuro.	2,967	9	39	7	36	9
3. Você não se preocupa com o futuro, vive apenas o presente.*	3,382	19	43	3	25	10
4. Poupar é impossível para a sua família.*	2,844	7	37	6	32	18
5. Depois de tomar uma decisão sobre dinheiro, você se preocupa muito com a sua decisão.*	2,411	5	20	6	47	22
6. Você gosta de comprar coisas, porque isso faz você se sentir bem.*	2,898	12	33	5	33	17
7. É difícil construir um planejamento de gastos familiar.*	2,654	5	29	7	46	13
8. Você se permite gastar dinheiro em coisas que são importantes para você.*	2,991	10	35	8	39	8
9. Você considera mais satisfatório gastar dinheiro do que poupar para o futuro.*	3,478	14	52	8	21	5
10. Para você, o dinheiro é feito para gastar.*	2,642	7	25	10	40	18

* Variável invertida. ** Quanto maior a média das respostas, melhor a Atitude Financeira.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Na Atitude Financeira, observam-se muitas respostas indiferentes, indicando que os entrevistados não desenvolvem hábitos prejudiciais as suas famílias, mas também não se encontram com atitudes tão favoráveis a ponto de alterar significativamente suas condições monetárias. Dentre as variáveis, salienta-se que a maior média está na questão AF1, apontando que os beneficiários preocupam-se com o futuro. Esse resultado pode ser justificado pelo escore de respondentes ser quase que unânime de mulheres, as quais são mais atentas ao futuro, especialmente por pensarem em seus filhos e na qualidade de vida que estes virão a ter (CARVALHO; ALVES, 2010). Outras duas variáveis de destaque são: AF9 e AF3, as quais revelam que os pesquisados preferem economizar a gastar e preocupam-se com o futuro. No entanto, mesmo que eles considerem importante e sintam-se mais satisfeitos com o ato de economizar do que gastar, raramente o conseguem fazer, pois a indisponibilidade de caixa restringe suas ações (LUCKE et al., 2014), podendo ser esse também um fato que impulsiona as preocupações com o futuro.

Por fim, destacam-se as variáveis com pior desempenho tais como: AF5, AF10 e AF7. Na primeira 67% concordam com a afirmação, revelando que as pessoas preocupam-se com suas decisões, ou seja, as tomam muitas vezes de maneira impulsiva e acabam por pensar muito nela posteriormente. De mesma forma, a maioria (58%) concorda que o dinheiro foi feito para gastar e que é muito difícil planejar os gastos da casa (59%). Essa caracterização pode ser fundamentada, mais uma vez no fato de a maioria ser mulher, as quais costumam ser mais consumistas que os homens (PONCHIO, 2006) e terem maiores dificuldades com assuntos financeiros (LUSARDI et al., 2013; MOTTOLA, 2013). O segundo fator referente à Alfabetização Financeira, diz respeito ao Conhecimento Financeiro (Tabela 2).

Tabela 2 - Frequência e percentual válido na escala do construto Conhecimento Financeiro.

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
11. Você tem R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro.	Menos do que R\$ 150,00.	24	4,1
	Exatamente R\$ 150,00.	88	15
	Mais do que R\$ 150,00.*	97	16,5
	Não sabe.	379	64,5
12. Suponha que no ano de 2015 sua renda dobrará e os preços de todos os bens também dobrarão. Em 2015, o quanto você será capaz de comprar com a sua renda?	Mais do que hoje.	72	12,2
	Exatamente o mesmo.*	164	27,9
	Menos do que hoje.	119	20,2
	Não sabe.	233	39,6
13. Imagine que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai ganhar?	100	26	4,4
	200*	264	44,7
	1000	9	1,5
	5000	7	1,2
	Não sabe.	284	48,1
14. Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é:	Verdadeira.*	194	32,9
	Falsa.	50	8,5
	Não sabe.	345	58,6
15. Alta inflação significa que o custo de vida está subindo rapidamente. Essa afirmação é:	Verdadeira.*	370	62,9
	Falsa.	23	3,9
	Não sabe.	195	33,2

* Respostas corretas.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

De maneira geral, identifica-se que há um maior percentual de erro nas questões do que acertos, indicando baixo nível de Conhecimento Financeiro. Pontualmente, verifica-se que a questão em que os entrevistados tiveram maior dificuldade foi a Conhe11, referente à taxa de juros, sendo que apenas 16,5% souberam responde-la e 64,5% responderam que não sabem. Para o MDS e SAGI (2014a) esse resultado se dá pelo fato desses indivíduos não conseguirem operacionalizar os cálculos que lhes permitiriam saber qual o rendimento dessa taxa de juros. No segundo questionamento, os pesquisados também não apresentaram bom rendimento, sendo que 27,9% acertaram a respeito do valor do dinheiro no tempo, mas 32,4% erraram e 39,6% responderam não saber a resposta. Esse resultado indica dificuldade em compreender a desvalorização do dinheiro ao longo do tempo, talvez por nunca terem pensado nesses aspectos ou não terem perspectivas futuras que façam com que busquem compreender qual comportamento do dinheiro ao longo do tempo.

Resultado mais satisfatório é verificado na pergunta referente à matemática simples, em que 44,7% dos respondentes acertaram a divisão de 1.000 por 5. Todavia, 48,1% indicaram não saber a resposta e 7,1% a tentaram responder, mas erraram, o que é preocupante, à medida que, cálculos básicos como estes são de extrema importância para operações diárias, como compra de alimentos, controle de troco e até mesmo para relação de despesas e receitas. Pesquisas com a população em geral no Rio Grande do Sul obtiveram elevado nível de acertos correspondente a essa variável (POTRICH et al., 2014) enaltecendo a dificuldade de realização de cálculos básicos por indivíduos de baixa renda, os quais possuem baixa escolaridade como já destacado anteriormente. A quarta questão refere-se à relação de retorno e risco, onde 58,6% dos respondentes assinalaram que não sabem a resposta e apenas 32,9% acertaram. Por fim, a variável correspondente à inflação foi a de melhor desempenho (69,2% acertaram), provavelmente por esse ser um assunto recorrente na mídia. Na etapa seguinte busca-se compreender o desempenho geral dos pesquisados em relação ao Conhecimento Financeiro (Tabela 3).

Tabela 3 - Número de acertos por respondente, percentual valido, percentual de acerto e classificação.

Número de acertos	Percentual Válido	Porcentual de Acertos	Classificação*
0	23,7%	0%	Baixo
1	20,6%	20%	Baixo
2	21,7%	40%	Baixo
3	17,8%	60%	Baixo
4	13,9%	80%	Médio
5	2,4%	100%	Alto

* Classificação do nível de conhecimento financeiro dos entrevistados baseado no modelo de Chen e Volpe (1998).
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Pela classificação de Chen e Volpe (1998), ratifica-se o baixo nível de Conhecimento Financeiro, sendo que 83,8% são identificados como detentores de baixo nível de conhecimento, 13,9% médio e apenas 2,4% alto. Salienta-se que apenas 14 indivíduos acertaram todas as questões e 140 não responderam corretamente nenhuma das variáveis, o que

representa 23,7% do total dos entrevistados. Esse baixo nível de Conhecimento Financeiro verificado na amostra é um aspecto muito relevante e preocupante, pois demonstra que além da elevada restrição orçamentária a que essas famílias são impostas ainda não possuem o conhecimento que subsidiaria tomadas de decisões mais coerentes. Assim, em termos gerais, identifica-se uma carência de Conhecimento Financeiro dessa parcela da população, o que provavelmente desencadeia uma gestão financeira menos eficiente e aponta para a necessidade de cursos que capacitem essas famílias a melhor compreender os conceitos financeiros. Por fim, realiza-se a análise do Comportamento Financeiro (Tabela 4).

Tabela 4 - Estatística descritiva do construto Comportamento Financeiro.

Variáveis	Média*	Percentuais				
		Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre
16. Você anota e controla os seus gastos (ex: com planilha).	3,308	23	10	16	14	37
17. Você compara preços ao fazer uma compra.	4,519	3	1	7	20	69
18. Você tem um plano de gastos/orçamento.	3,143	22	11	22	21	24
19. Você consegue identificar os custos que paga ao comprar um produto no crédito.	3,128	24	10	20	23	23
20. Você paga suas contas em dia.	4,143	1	7	16	28	48
21. Você analisa suas contas antes de fazer uma compra grande.	4,429	4	2	6	22	66
22. Passa a poupar mais quando recebe um aumento de salário.	3,534	14	10	15	29	32
23. Nos últimos 12 meses, você tem conseguido poupar dinheiro.	1,875	58	14	15	8	5

* Quanto maior a média das respostas, melhor o comportamento financeiro.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Em relação ao Comportamento Financeiro, ressaltam-se as altas médias na maioria das questões, manifestando que os entrevistados comportam-se adequadamente no uso de seus recursos financeiros. Investigando as variáveis separadamente, detecta-se que os melhores comportamentos são relativos ao processo de comparar preços, sendo que 69% dos pesquisados dizem realizar essa atividade sempre, buscando por desembolsar o mínimo possível em cada aquisição. Além desse comportamento favorável, 66% relatam analisar as contas antes de fazer uma grande compra e 48% procuram pagar as contas em dia. Esse conjunto de comportamento faz com que os indivíduos tenham uma fundamentação no ato de suas compras, pois compraram preços, pensam se possuem condições de realizar aquela compra e posterior à aquisição, procuram pagar em dia. Ressaltam-se ainda comportamentos positivos nas variáveis referentes a controles financeiros, sendo que a amostra pesquisada tenta poupar quando recebe um aumento salarial, boa parte anota os gastos, tentam desenvolver um orçamento dos gastos e conseguem verificar o custo das mercadorias.

Outro comportamento que auxiliaria na melhor qualidade de vida desses indivíduos e na segurança financeira seria a poupança, no entanto destaca-se que 58% nunca realizaram nenhum tipo de economia. Todavia, considerando a situação financeira das famílias investigadas nesse estudo, compreende-se que elas não guardam dinheiro por não terem

disponibilidade de recursos financeiros para isso, ou por considerarem que a compra de bens duráveis é uma maneira de economia (LUCKE et al., 2014).

Para validar os construtos Atitude Financeira e Comportamento Financeiro utilizou-se a Análise Fatorial Confirmatória.

Com isso, verifica-se inicialmente a validade dos construtos Atitude Financeira e Comportamento Financeiro por meio dos índices de ajuste (Tabela 5).

Tabela 5 - Índices de ajuste dos construtos Atitude Financeira e Comportamento Financeiro - Modelo inicial e Modelo Final.

Índices de ajuste	Atitude Financeira		Comportamento Financeiro	
	Modelo Inicial	Modelo Final	Modelo Inicial	Modelo Final
Qui-quadrado (valor)	170,101	0,598	105,648	0,194
Qui-quadrado (probabilidade)	0	0,439	0	0,66
Graus de Liberdade	35	1	20	1
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	4,86	0,598	5,282	0,194
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,942	0,999	0,954	1
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,697	1	0,856	1
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,654	0,997	0,83	0,999
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,611	1,005	0,798	1,01
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,101	0,013	0,09	0,014
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,081	0	0,085	0
Índice de Confiabilidade	0,457	0,75	0,693	0,648
<i>Alpha de Cronbach</i>	0,437	0,644	0,686	0,639

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os resultados indicam que o modelo inicial proposto tanto de Atitude Financeira quanto para Comportamento Financeiro são inadequados, pois a razão do qui-quadrado/graus de liberdade é superior ao valor três, os índices de ajuste GFI, CFI, NFI e TLI, não atingem o valor mínimo de 0,95 e os índices RMR e RMSEA são superiores a 0,05 e 0,08, respectivamente. Além disso, os índices de confiabilidade ficaram abaixo de 0,6. Com isso, na busca por modelos de mensuração mais adequados, foi adotada a estratégia de retirada das variáveis não significativas e com carga fatorial padronizada com valores baixos que não contribuíam significativamente para o modelo. Assim, para a Atitude Financeira o primeiro processo adotado foi a exclusão das variáveis que não se mostram significativas: AF2 (sig. 0,745), AF4INVER (sig. 0,091) e AF7INVER (sig. 0,014). Na sequência, foram eliminadas as questões com coeficientes muito baixos (AF5INVER, AF8INVER, AF1 e AF3INVER). Assim, obteve-se um modelo de mensuração adequado.

Para o Comportamento Financeiro dado que todas as variáveis mostraram-se significativas a primeira atitude tomada foi a exclusão de variáveis com coeficientes baixos. Ressalta-se que a exclusão foi individual, onde uma variável era excluída por vez, tendo em vista a ordem crescente (do menor ao maior coeficiente), sendo que a cada exclusão um novo modelo foi estimado. Respectivamente foram excluídas as questões CompF23 (coeficiente 0,306), CompF22, (coeficiente 0,352), CompF20 (coeficiente 0,367), CompF17 (coeficiente 0,400) e CompF21 (coeficiente 0,391).

Posterior a essas adequações, nota-se que os dois modelos obtiveram todos os índices de ajuste e de confiabilidade adequados, contribuindo para a validação do construto. O modelo inicial e o final de Atitude Financeira são apresentados na Figura 4.

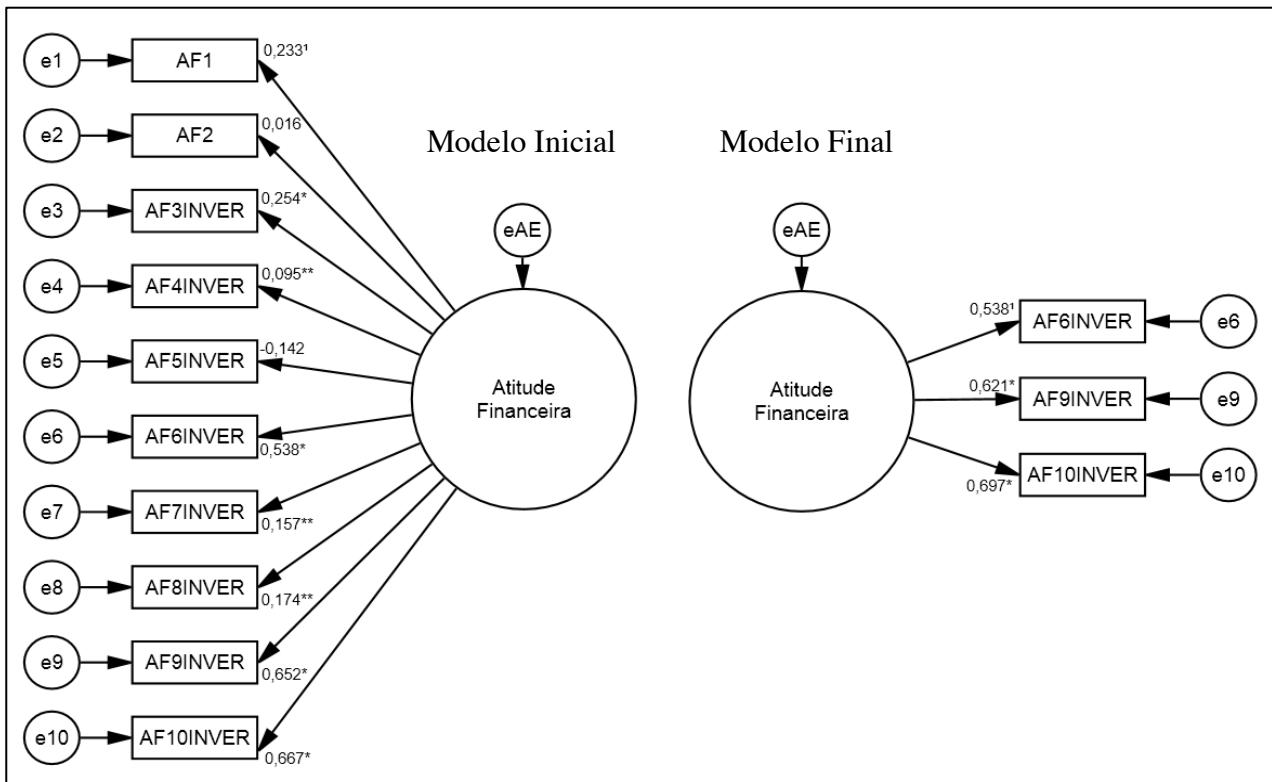


Figura 4. Modelo de mensuração inicial e final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude Financeira.

Nota: * $p < 0,01$. ** $p < 0,010$. O termo INVER é referente às variáveis invertidas. ¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Observando a ilustração do modelo final, verifica-se inicialmente que o modelo inicial proposto era formado por 10 variáveis, das quais apenas 3 foram validadas. Atentando-se para os coeficientes das variáveis validadas, identifica-se que a questão com maior coeficiente é a AF10INVER, seguida pela AF6INVER. Conclui-se que a Atitude Financeira é mensurada por meio de questões que se referem especialmente ao ato de consumir, partindo da percepção de para que o dinheiro é feito, se acha mais satisfatório consumir do que guardar e se gosta de comprar. A ilustração do modelo do Comportamento Financeiro é evidenciada na Figura 5.

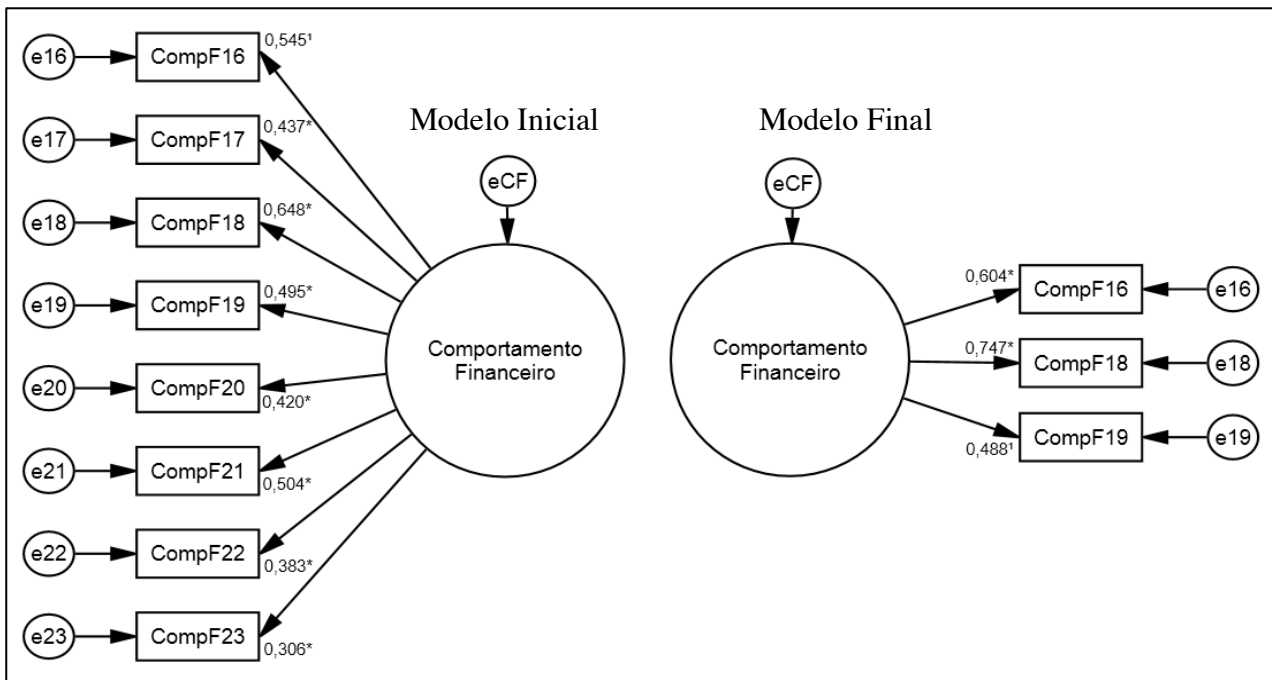


Figura 5. Modelo de mensuração inicial e final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Comportamento Financeiro.

Nota: * $p < 0,01$. ¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

O modelo inicial era composto por 8 questões, das quais apenas 3 foram validadas. Observando a magnitude dos coeficientes padronizados, conclui-se que a variável com maior representatividade na formação do Comportamento Financeiro é a CompF18, referente a um plano de gastos/orçamento, indicando que o fato de as pessoas realizarem ou não um planejamento referente ao uso do dinheiro, pode impactar significativamente no Comportamento Financeiro deste. Corroborando com essa evidência as outras duas questões também se referem ao controle do dinheiro. Assim, a gestão financeira e os controles realizados pelos beneficiários do PBF dizem muito a respeito de seu Comportamento Financeiro.

Após foi desenvolvido o modelo integrado de Alfabetização Financeira, sendo seus índices de ajuste evidenciados na Tabela 6. Salienta-se que não foi realizado o processo de validação do Conhecimento Financeiro, pois este é formado por questões de múltipla escolha, onde o respondente acerta ou erra a questão. Assim, ele foi consolidado por meio da soma dos acertos de cada indivíduo. Para isso, as cinco perguntas realizadas tinham apenas uma alternativa correta, sendo cada uma das respostas certas equivalente a 1 ponto. Então o fator foi formado pela soma das respostas corretas e erradas de cada entrevistado, sendo a variação da nota de 0 (errou todas as questões) a 5 (acertou todas as questões).

Tabela 6 - Índices de ajuste do construto Comportamento Financeiro - Modelo inicial.

Índices de ajuste	Comportamento Financeiro Modelo Inicial
Qui-quadrado (valor)	28,902
Qui-quadrado (probabilidade)	0,004
Graus de Liberdade	12
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	2,408
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,986
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,973
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,955
TLI- <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,952
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,05
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,049

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Na primeira estimativa o modelo já se revelou adequado. O Qui-Quadrado dividido pelos graus de liberdade é inferior a 3 (2,408), os índices GFI, CFI, NFI e TLI, atendem ao mínimo de 0,95 e o RMR e o RMSEA atingem valores inferiores a 0,05 e 0,08 respectivamente. Partindo desses valores verifica-se que o modelo é confiável e está adequado (Figura 6).

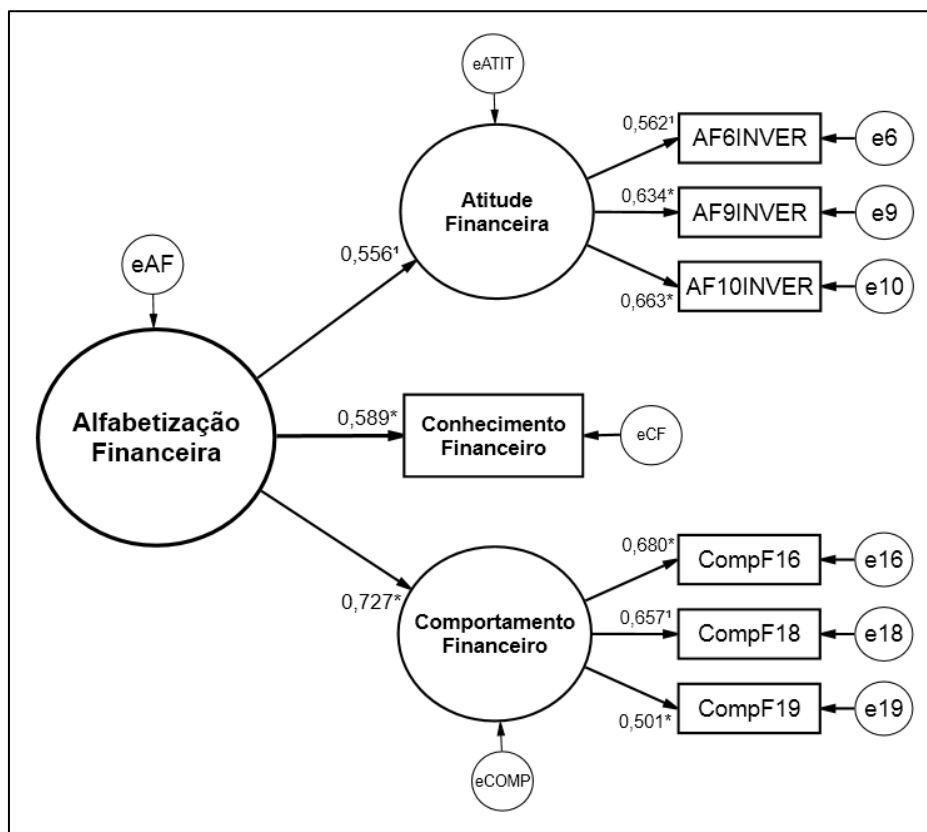


Figura 6. Modelo integrado com os coeficientes padronizados e significância das variáveis.

Nota: * $p < 0,01$. ¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Observando o modelo integrado, nota-se que todas as relações apresentaram significância a um nível de 1%, ratificando a relevância delas para o modelo. A análise da composição do modelo final permite verificar que o construto com maior impacto para a consolidação da Alfabetização Financeira é o Comportamento Financeiro, seguido pelo Conhecimento e

Atitude. Tal resultado pode ser explicado pelo fato de o comportamento ser efetivamente o que determina as ações de um indivíduo, dessa maneira de nada adianta elevados níveis de conhecimentos e atitudes favoráveis, se o indivíduo não aplicar essas habilidades por meio do comportamento. Esse achado ratifica as evidências trazidas por Lusardi e Mitchell (2011), OECD (2013) e Klapper et al. (2013), ao afirmarem que o Comportamento Financeiro é um elemento essencial e determinante da alfabetização financeira.

5. Considerações Finais

A crescente facilidade de acesso aos serviços e produtos financeiros, amplia a necessidade de conhecimentos, atitudes e comportamentos financeiros adequados à tomada de decisões financeiras assertivas que melhorem o gerenciamento individual e familiar, principalmente para as famílias com renda menos favorecida. Assim, o objetivo principal deste estudo foi validar um modelo de alfabetização financeira, adequado às mulheres de baixa renda, bem como investigar o conhecimento, a atitude e o comportamento financeiros dos beneficiários do PBF. Para isso, realizou-se 595 entrevistas com os beneficiários do PBF residentes na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense.

A análise descritiva da alfabetização financeira evidencia que em termos de conhecimento financeiro, a amostra investigada apresenta baixos níveis. Inerente à atitude financeira, destaca-se pontos positivos e outros a melhorar, mas em relação ao comportamento financeiro resultados mais favoráveis foram destacados. O que se pode conjecturar é que o baixo nível de conhecimento leva a atitudes ainda difusas, mas que diante da restrição orçamentária em que eles estão inseridos, os indivíduos buscam comportar-se de maneira a controlar o máximo possível de seus recursos financeiros, a fim de suprir as necessidades da família e evitar elevados níveis de endividamento. As lacunas mais eminentes em relação ao conhecimento dizem respeito à realização de contas matemáticas que possibilitem tanto a realização de cálculos básicos, como também a compreensão de taxas de juros, conhecimento do valor do dinheiro no tempo e aspectos inerentes à relação risco e retorno.

Ao identificar essas dificuldades, propõe-se o desenvolvimento de ações preventivas e corretivas que façam com que estas famílias conheçam melhor o mundo das finanças e possam alocar de maneira mais eficiente os recursos recebidos. Essas medidas dizem respeito a maiores investimentos do governo em prol do letramento financeiro desses indivíduos, como por exemplo, cursos de capacitação financeira. Neste contexto, sugere-se a criação de ações, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), no entanto, voltada às famílias de baixa renda. Assim, os resultados aqui apresentados permitem constatar que o foco prioritário de ação deve ser as beneficiárias do PBF, as quais costumam ter o controle das operações financeiras. Conjuntamente, pode-se focar nos tópicos que foram evidenciados com maiores dificuldades na escala de conhecimento financeiro.

No âmbito da validação de instrumentos, esse trabalho é relevante, à medida que se desenvolveu a validação de escalas para mensuração da atitude financeira e do comportamento financeiro, bem como, o modelo integrado de alfabetização financeira, para um grupo específico: mulheres de baixa renda. Em relação à validação do modelo integrado, atenta-se

para a importância do comportamento financeiro, o qual apresentou o maior impacto na alfabetização financeira. Como contribuições do estudo, enaltece-se a validação dos fatores, por meio da modelagem de equações estruturais, a qual proporciona às pesquisas futuras a utilização das escalas aqui validadas para públicos de baixa renda. Do ponto de vista governamental, destaca-se que os achados deste estudo sugerem a necessidade de um maior letramento financeiro, o qual poderia ser atingido por meio de cursos de capacitação e acompanhamento deste público, para que os beneficiários possam gerir adequadamente seus recursos financeiros escassos e assim, ampliar o efeito do programa na qualidade de vida dessas famílias. Para a academia, as principais contribuições dizem respeito à ampliação dos conhecimentos inerentes as famílias de baixa renda, aprofundando-se nas questões de pobreza vinculado com a alfabetização financeira, já que poucos estudos tratam desta relação. Como sugestão para estudos futuros, destaca-se a ampliação da amostra para outras regiões brasileiras, a fim de verificar como se dá esta relação em outras realidades socioeconômicas e demográficas, tendo em vista que, o presente estudo limitou-se a apenas uma região do estado do Rio Grande do Sul.

Agradecimentos

Este trabalho teve o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por meio do Edital CNPq nº. 24/2014.

Referências

- AGARWAL, S.; DRISCOLL, J.; GABAIX, X.; LAIBSON, D. The age of reason: financial decisions over the lifecycle with implications for regulation. **Brookings Papers on Economic Activity**, p. 51–101, 2009.
- AGARWALLA, S.K.; BARUA, S.K.; JACOB, J.; VARMA, J. R. Financial Literacy among Working Young in Urban India. **World Development**, v. 67, p. 101-109, 2015.
- AIZEN, I. The theory of planned behavior. **Organization Behavior Human Decision Process**, v. 50, p. 179–211, 1991.
- ALLEN, M.W.; EDWARDS, R.; HAYHOE, C. R.; LEACH, L. Imagined interaction, attitudes towards money and credit, and family coalitions. **Journal of Family and Economic**, v. 28, p. 3-22, 2007.
- ALSEMGEEST, L. Arguments for and against financial literacy education: where to go from here? **International Journal of Consumer Studies**, v. 39, p. 155-161, 2015.
- ATKINSON, A.; MESSY, F.A. Measuring financial literacy: results of the OECD INFE pilot study. **Papers on Finance, Insurance and Private Pensions - OECD Publishing**, v. 15, p. 01-73, 2012.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Programa de Gestão do PBF. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2009. Recuperado de: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/arquivos/apostilas/um-panorama-da-gestao-do-bolsa-familia.pdf/view>.

BUCHER-KOENEN, T.; LUSARDI, A.; ALESSIE, R.; VAN ROOJI, M. How financially literate are women? An overview and new insights. GFLEC – Global Financial Literacy Excellence Center, [NBER Working Paper n. 20793], 2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Bolsa Família. 2014. Recuperado de: <http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Transferencia/bolsa_familia/saiba_mais.asp>.

CALAMATO, M.P. **Learning Financial Literacy in the Family**. Unpublished master's thesis. The Faculty of the Department of Sociology, San José State University, 2010.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Campello, T.; NERI, M. C. (Org.). Brasília: IPEA, p. 15-24, 2013.

CARVALHO, A.A.; ALVES, J.E.D. As relações entre o consumo das famílias brasileiras, ciclo de vida e gênero. In: **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambú-MG, Brasil, 2010.

CAVALCANTE, P.L. Programa Bolsa Família: descentralização, centralização ou gestão em redes? **Revista do Serviço Público**, v. 60, n. 1, p. 29-46, 2014.

CHEN, H.; VOLPE, R.P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.

COLLINS, D.; MORDUCH, J.; RUTHERFORD, S.; RUTHVEN, O. Portfolios of the poor: how the world's poor live on \$2 a day. Princeton University Press, 2009.

DELAVERDE, A.; ROHWEDDER, S.; WILLIS, R.J. Retirement Planning and the Role of Financial Literacy and Cognition. Michigan Retirement Research Center [Working Paper 2008-190], 2008.

FERNANDES, D.; LYNCH, J. G.; NETEMEVEER, R. G. Financial Literacy, Financial Education, and Downstream **Financial Behaviors**. **Management Science**, v. 60, n. 8, p. 1861-1883, 2014.

GERARDI, K.; GOETTE, L.; MEIER, S. Financial Literacy and Subprime Mortgage Delinquency: Evidence from a Survey Matched to Administrative Data. Federal Reserve Bank of Atlanta [Working Paper Series n. 2010-10], 2010.

HAIR, J.R.; BLACK, W.C.; BABIN, B.J.; ANDERSON, R.E. **Multivariate Data Analyses**. 7 ed. New Jersey: Pearson, 2010.

HASLEM, J.A. Selected Topics in Financial Literacy. **The Journal of Wealth Management**, v. 17, n. 3, p. 47-57, 2014.

HOOPER, D.; COUGHLAN, J.; MULLEN, M.R. Structural Equation Modelling: Guidelines for Determining Model Fit. **The Electronic Journal of Business Research Methods**, v. 6, n. 1, p. 53-60, 2008.

HUSTON, S.J. Measuring Financial Literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS, G.A. Financial literacy and its consequences: Evidence from Russia during the financial crisis. **Journal of Banking & Finance**, v. 37, n. 10, p. 3904-3923, 2013.

LEÃO, L.S.; LEGOVINI, A.; MARCHETTI, R.; ZIA, B. The Impact of High School Financial Education:

Experimental Evidence from Brazil. World Bank Policy Research [**Working Paper** n. 6723], 2013.

LEBOUTTE, C. A queda recente da desigualdade na distribuição de renda no Brasil, uma análise da importância do Programa Bolsa Família. 67 f. 2010. **Dissertação** (Mestrado em Economia do Setor Público) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

LUCKE, V.A.C.; FILIPIN, R.; BRIZOLLA, M.M.B.; VIEIRA, E.P. Comportamento financeiro pessoal: um comparativo entre jovens e adultos de uma cidade da região noroeste do estado do RS. In: **XVII SEMEAD - Seminários em Administração**, São Paulo-SP, Brasil, 2014.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O.S. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 10, n. 4, p. 509-525, 2011.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

LUSARDI, A.; WALLACE, D. Financial literacy and quantitative reasoning in the high school and college classroom. **Numeracy**, v. 6, n. 2, art. 1, 2013.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O.S.; CURTO, V. Financial literacy among the young. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 358-380, 2010.

LUSARDI, A.; SAMEK, A. S.; KAPTEYN, A.; GLINERT, L.; HUNG, A.; HEINBER A. Visual tools and narratives: new ways to improve financial literacy. GFLEC – Global Financial Literacy Excellence Center [**NBER Working Paper** n. 20229], 2014.

MAHDAVI, M.; HORTON, N.J. Financial Knowledge among Educated Women: Room for Improvement. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 48, n. 2, p. 403-417, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) (MDS; SENARC, 2014a). **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 2 ed. Brasília: Governo Federal.

_____ (MDS; SENARC, 2014b). **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programadas Sociais do Governo Federal**. 2 ed. Brasília: Governo Federal.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS), SECRETÁRIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI). **Pesquisa sobre os conhecimentos, atitude e práticas das famílias inscritas no cadastro único para programas sociais**. Cadernos de Estudo, n. 16, Brasília: Indago, 2014.

MONTICONE, C. How Much Does Wealth Matter in the Acquisition of Financial Literacy? **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 403-422, 2010.

MOTTOLA, G.R. In our best interest: Women, financial literacy, and credit card behavior. **Numeracy**, v. 6, n. 2, art. 4, 2013.

NATIONAL FINANCIAL CAPABILITY (NFCS). Financial Capability in the United States - Report of Findings from

the 2012 National Financial Capability Study. Financial Industry Regulatory Authority (FINRA) Investor Education Foundation. Retrieved April 07, 2014, from: <http://www.usfinancialcapability.org/downloads/NFCS_2012_Report_Natl_Findings.pdf>.

O'NEILL, B.; XIAO, J. Financial Behaviors Before and After the Financial Crisis: Evidence from an Online Survey. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 23, n. 1, p. 33-46, 2012.

OGGINS, J. Topics of marital disagreement among African-American and Euro-American newlyweds. **Psychological Reports**, v. 92, p. 419-425, 2003.

OPLETALIVÁ, A. Financial education and financial literacy in the Czech education system. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 171, n. 16, p. 1176-1184, 2015.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. 2013. OECD Publishing. Retrieved April 15, 2014, from: <http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf>.

PONCHIO, M. The influence of materialism on consumption indebtedness in the context of low income consumers from the city of Sao Paulo. 175 f. 2006. **Doctoral dissertation** in Business, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Beneficiários de Programas Sociais em 2013**. 2013. Retrieved October 10, 2014, from: <<http://www.transparencia.df.gov.br/SitePages/Benefici%C3%A1rios/ListaBenefici%C3%A1rios.aspx>>.

POTRICH, A.C.G.; VIEIRA, K.M.; CAMPARA, J.P.; FRAGA, L.S.; SANTOS, L.F. Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 9, n. 3, p. 109-129, 2014.

PROCHASKA-CUE, K. An exploratory study for a model of personal financial management style. **Financial Counseling and Planning**, v. 4, p. 111-134, 1993.

REMUND, D.L. Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010.

RESEARCH, R.M. **ANZ survey of adult financial literacy in Australia**. 2003. Retrieved April 03, 2014, from: <http://www.anz.com/Documents/AU/Aboutanz/AN_5654_Adult_Fin_Lit_Report_08_Web_Report_full.pdf>.

ROBB, C. A.; BABIARZ, P.; WOODYARD, A. The demand for financial professionals' advice: The role of financial knowledge, satisfaction, and confidence. **Financial Services Review**, v. 21, n. 4, p. 291-305, 2012.

ROCHA, S. O programa Bolsa Família Evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 113-139, 2011.

SCHERESBERG, C.B. Financial literacy and financial behavior among young adults: Evidence and implications.

Numeracy, v. 6, n. 2, art. 5, 2013.

SCHMEISER, M.D.; SELIGMAN, J.S. Using the Right Yardstick: Assessing Financial Literacy Measures by Way of Financial Well-Being. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 47, n. 2, p. 243-262, 2013.

SHOCKEY, S.S. Low-wealth Adults' Financial Literacy, Money Management Behaviors, and Associated Factors, Including Critical Thinking. **Doctoral dissertation**, Ohio State University, 2002.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. O programa bolsa família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: IPEA, 2010.

TRALDI, D.R.C.; ALMEIDA, L.M.M.C.; FERRANTE, V.L.S.B. Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. **Interações**, v. 13, n. 1, p. 23-37, 2012.

VAN ROOJI, M.C.J.; LUSARDI, A.; ALESSIE, R.J.M. Financial literacy and retirement planning in the Netherlands. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 4, p. 593-608, 2011.

XU, L.; ZIA, B. Financial Literacy around the World: Overview of the Evidence and Practical Suggestions for the Way Forward. World Bank Policy Research [**Working Paper** n. 6107], 2012.